



SECRETARIA MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL N° 015/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO. Objeto: Aquisição de tablets (via recursos do FNAS). Data e horário de abertura da sessão: 13/05/2024, às 09h. Edital disponível em <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://www.santaluzia.mg.gov.br/v2/index.php/licitacao/>. N° da Licitação no portal Compras.gov.br: 90015/2024.

EXTRATO DE CONTRATO

CT N° 099/2024 – Concorrência 090/2023. Objeto: Execução da segunda etapa (restauração arquitetônica, artísticos e complementares) de obra de restauração do Solar Teixeira da Costa, também conhecido como Casa de Cultura/Museu Histórico Aurélio Dolabella, no Município de Santa Luzia/MG, especificamente localizado na Rua Direita, n° 785, Centro. Contratado: Restaurare Construtora Ltda. Valor: R\$ 6.604.287,82. Assinatura em 29/04/2024. Vigência: até 28/04/2026. Disponível em www.santaluzia.mg.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E CIDADANIA

1ª. CERTIDÃO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO
004/2023 - SMDSC

Extrato de Publicação da SMDSC referente à 1ª. Certidão de Apostilamento ao Termo de Fomento n° 004/2023, concernente à parceria celebrada entre a Organização da Sociedade Civil - OSC, Instituto Esperança, inscrita no CNPJ sob n°. 17.466.642/0001-83 e a Prefeitura Municipal de Santa Luzia.

Objeto: O presente instrumento tem por objetivo apostilar o Equipamento e Material Permanente, a fim de substituir a aquisição de um Tanquinho de Lavagem de Roupas com valor de R\$ 1.257,80 atribuído na página 7 (sete) do Plano de Trabalho, quando, na vigência do referido Termo de Fomento, será adquirido um celular pelo mesmo preço para ser utilizado na parceria.

Fundamentação Legal: Decreto Municipal n° 3.315/18, Art. 32-I §7º

Data da Assinatura: 19/04/2024

Subscritor: Elias Mariano de Matos – Gestor de Parceria SMDSC

1ª CERTIDÃO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO
005/2023 SMDSC

Extrato de Publicação da SMDSC referente à 1ª Certidão de Apostilamento ao Termo de Fomento 005/2023 SMDSC, concernente à parceria celebrada entre a Organização da Sociedade Civil - OSC, Instituto Esperança, inscrita no CNPJ sob n°. 17.466.642/0001-83 e o Município de Santa Luzia inscrito no CNPJ sob n°. 18.715.409/0001-50.

Objeto: O presente instrumento tem por objetivo APOSTILAR itens do Plano de Trabalho no que diz respeito aos Equipamentos e Material Permanente em razão de deixar de adquirir a Cadeira de Banho e as Cerâmicas para Piso, a fim de efetuar a aquisição de um Celular, ensejando, portanto, na alteração dos valores individuais de alguns materiais e mantendo incólume o preço integral do repasse que, na oportunidade, segue detalhadamente sua origem conforme PLANILHA UM e, após apostilamento, vigorará em conformidade com a PLANILHA DOIS, a saber:

PLANILHA UM		PLANILHA DOIS	
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	VALOR	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	VALOR
Cadeira de Banho	R\$ 1.273,90		
Cadeira de Rodas	R\$ 2,165,88	Cadeira de Rodas	R\$ 2.202,70
Luminárias de Emergência	R\$ 407,88	Luminárias de Emergência	R\$ 365,30
Varal de Chão	R\$ 360,80	Varal de Chão	R\$ 297,23
Lanternas	R\$ 138,18	Lanternas	R\$ 120,28
Máquina de Lavar	R\$ 2.399,00	Máquina de Lavar	R\$ 2.268,65
Grade de Proteção	R\$ 469,90	Grade de Proteção	R\$ 456,91
Liquidificador	R\$ 278,00	Liquidificador	R\$ 250,21
Cerâmicas para Piso	R\$ 2.506,46	CELULAR	R\$ 4.038,72
TOTAL	R\$ 10.000,00	TOTAL	R\$ 10.000,00

Fundamentação Legal: Decreto Municipal sob n°. 3.315 de 2018 consubstanciado nos artigos 32, II e 32-I, II, b, § 7º.

Data da Assinatura: 29/04/2024

Subscritor: Elias Mariano de Matos – Gestor de Parceria - Matrícula sob n°. 38.097 - SMDSC

SECRETARIA MUNICIPAL DE
MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Nos termos e em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares vigentes, faz-se público, para conhecimento dos interessados, que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento - SMMA proferiu a seguinte decisão:

AUTUAÇÃO	INFRAÇÃO AMBIENTAL	AUTUADO	DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA
Auto de Infração n°: 0050/2023.	Descumprimento e cumprimento fora do prazo de condicionantes estabelecidas em licença/ autorização ambientais para fins de controle e monitoramento de empreendimento – Art. 112, Anexo I, Código 105 do Decreto Estadual n° 47.383/2018.	Belossuí Construções e Incorporações LTDA CNPJ: 28.155.657/0001-47	AUTUAÇÃO PROCEDENTE, convertida em multa simples no importe de 220 (duzentos e vinte) UFM's. (Decisão administrativa 025/2024)

Observação: Do julgamento do Auto de Infração fica o autuado intimado a efetuar o pagamento da multa ou oferecer recurso ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – CODEMA, no prazo de 20 (vinte) dias, bem como adotar as providências necessárias ao cumprimento integral da decisão no que concerne às demais medidas, conforme Art. 81, III e Art. 126 do Decreto Municipal 4195/2023.

Santa Luzia, 30 de abril de 2024.

Wagner Silva da Conceição

Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento

EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO
DE CONDUTA - TAC

O Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento, nos termos e em conformidade com o § 1º do Art. 32 do Decreto n° 47.383, de 2 de março de 2018, tendo em vista o descumprimento das obrigações previstas na cláusula segunda do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC n° 004/2023 assinado junto à SMMA, torna público, para conhecimento dos interessados e dos responsáveis pelo empreendimento citado no quadro abaixo, a revogação do referido TAC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Nº Processo	Empreendimento	CNPJ/CPF	Compromissário	Objeto	Data Revogação
8470/2021	Posto Beira Rio Ltda.	18.723.817/0001-53	Wellington Gonçalves Camargos	Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação.	21/01/2024

Wagner Silva da Conceição

Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA MUNICIPAL
DE ESPORTES E LAZER

PORTARIA N° 171, DE 30 DE ABRIL DE 2024

“Nomeia, no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, o Gestor e a Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias firmadas pelo Município de Santa Luzia com a LIGA MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SANTA LUZIA, conforme Decreto Municipal n° 3.315, de 11 de julho de 2018”.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que conforme preconiza o §2º art. 31º do Decreto Municipal n° 3.315, de 11 de julho de 2018: “O Secretário Municipal ou o dirigente máximo da entidade da administração pública municipal deverá designar por ato publicado em meio oficial de comunicação, o gestor da parceria e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação”;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 49º do Decreto Municipal nº 3.315, de 11 de julho de 2018, a Comissão de monitoramento e avaliação é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

CONSIDERANDO que conforme prevê os incisos I e II do art. 51º do Decreto mencionado, será impedida de participar da Comissão pessoa que, nos últimos 05 (cinco) anos, tenha participado como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da LIGA MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SANTA LUZIA ou que configure conflito de interesse, ao menos, de uma das entidades proponentes, hipótese em que deve ser feita a substituição, nos termos do § 1º do mesmo artigo;

Art. 1º Fica nomeado como gestor das parcerias firmadas pelo Município de Santa Luzia com a LIGA MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SANTA LUZIA, o servidor Crêlio Antonio De Almeida, matrícula nº 36780, servidor da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Art. 2º Ficam nomeados para a composição da Comissão de monitoramento e avaliação, os seguintes membros, nos termos dos incisos do caput do art. 31º do Decreto nº 3.315, de 11 de julho de 2018:

- Gustavo Ottoni Svizzero, matrícula nº 37768, Servidor Efetivo, titular;
- Wênio Ferreira de Oliveira, matrícula nº 36687, titular;
- Marco Antônio Crizolôgo de Lima, matrícula nº 38270, suplente;
- Andressa Padilha Lacerda, matrícula nº 36682, suplente;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Santa Luzia, 30 de abril de 2024.

Geraldo Waldecy Bispo

Secretário Municipal de Esportes e Lazer

INEXIGIBILIDADE DE CHAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA

Considerando, que a Lei 13.019 de 2014 alterada pela lei 13.204 de 2015 estabeleceu o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

Considerando, que Administração Pública do Município de Santa Luzia -MG, através da Secretaria Municipal de Esportes e a LIGA MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SANTA LUZIA, associação civil sem fins lucrativos, detêm o interesse público e recíproco na formalização de parceria prevista na lei 13.019/14, cujo objeto é a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a contribuição destinada a financiar prática de futebol amador em várias categorias. conforme definido no Plano de Trabalho;

Considerando, que foi juntada e analisada a documentação jurídica, técnica e fiscal da Organização da Sociedade Civil em tese, estando devidamente regular, nos termos dos art. 34 da Lei 13.019/14; e ainda, que foram verificados os requisitos exigidos para habilitação técnica e operacional constantes no art. 33, do respectivo instrumento, de maneira a comprovar a habilitação para desenvolvimento das atividades previstas no plano de trabalho apresentado;

Considerando, que em 03/05/2022 foi apresentado pela LIGA MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SANTA LUZIA, através seu Presidente, o Plano de Trabalho constando a descrição da realidade que será objeto da parceria, demonstrando o nexo entre essa realidade e as atividades e eventos a serem desenvolvidos, a metodologia e o prazo de execução, as metas a serem atingidas, a previsão de receitas e de despesas, cujo valor total será de R\$ 239.983,74 (duzentos e trinta e nove mil e novecentos e oitenta e três reais e setenta e quatro reais), proposta está devidamente analisada pela área técnica da Secretaria Municipal de Esportes, conforme Parecer Técnico, emitido em 26/04/2024;

Trata-se de celebração de parceria na modalidade Termo de Fomento, uma vez que a proposta foi de iniciativa da organização da sociedade civil, na qual aplica-se a inexigibilidade de chamamento público contida no disposto no art. 31, da Lei 13.019/2014[1], que prevê: “será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica”.

Afim de comprovar tal inexigibilidade, a Lei nº 9.615/98 e suas alterações, que institui as normas gerais sobre o desporto, mais conhecida como Lei Pelé, veio estabelecer que a prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade; ademais o parágrafo único do art.13, do respectivo instrumento legal, veio estabelecer o Sistema Nacional do Desporto e suas funções e competências:

Art. 13. Parágrafo único. O Sistema Nacional do Desporto congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normatização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente:

- I - o Comitê Olímpico Brasileiro-COB;
- II - o Comitê Paraolímpico Brasileiro;
- III - as entidades nacionais de administração do desporto;
- IV - as entidades regionais de administração do desporto;
- V - as ligas regionais e nacionais;
- VI - as entidades de prática desportiva filiadas ou não àquelas referidas nos incisos anteriores.

Portanto, a presente justificativa para inexigibilidade de chamamento público vem ancorada na tese da existência de exclusividade da LIGA MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SANTA LUZIA para execução das atividades e eventos relacionados no Plano de trabalho apresentado, conforme corroborado nos dizeres do § 7º, do art. 20 da Lei nº 9.615/98:

Art. 20. As entidades de prática desportiva participantes de competições do Sistema Nacional do Desporto poderão organizar ligas regionais ou nacionais.

7oAs entidades nacionais de administração de desporto serão responsáveis pela organização dos calendários anuais de eventos oficiais das respectivas modalidades;

Cumpra mencionar ainda, o Estatuto da Federação Mineira de Futebol, associação responsável por administrar, dirigir, controlar, fomentar, difundir, incentivar, regulamentar e fiscalizar, constantemente e de forma única e exclusiva, a prática do futebol profissional e não profissional, masculino e feminino no Estado de Minas Gerais, prevê a hipótese de filiação de Ligas Municipais, constituídas de, no mínimo, 06 (seis) associações desportivas, praticantes de futebol não profissional, não sendo permitida a existência de mais de uma Liga dirigente de futebol, no mesmo Município ou território. (Arts. 10 e 24, do respectivo Estatuto Social).

Por fim, insta salientar que a Política de Esportes no município de Santa Luzia/MG é gerida pela Secretaria de Esportes. Essa, por sua vez, busca a adoção e formalização de parcerias com as entidades de serviço para que os objetivos de apoio a prática esportiva em suas diversas modalidades e dimensões sejam alcançados. Dessa forma, a instituição LIGA MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SANTA LUZIA, tem contribuído e muito com essas parceiras, tendo em vista que ininterruptamente, a exceção do ano de 2020 por causa da pandemia de COVID-19, o município vem formalizando Termos de Fomento com essa renomada e reconhecida entidade de apoio ao esporte amador no município.

Ante ao exposto, e em cumprimento ao artigo 32 da Lei Federal nº 13.019/14, emite-se o presente extrato de justificativa pela opção da inexigibilidade do Chamamento Público destinado ao repasse de recursos públicos à LIGA MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SANTA LUZIA através da celebração do Termo de Fomento.

No mais, dou por justificado o Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 001/2024, e determino sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista na Lei Federal nº 13.019/14, que o extrato da justificativa seja publicado, no sítio oficial da administração pública e no Diário Oficial Município de Santa Luzia -MG, em atendimento ao §1º, do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/14 c/c com §1º, do art. 4 do Decreto Municipal nº 3315/18, a fim de garantir a ampla e efetiva transparência.

Nos termos do §2º, do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/14 c/c com §1º, do art. 4 do Decreto Municipal nº 3315/18, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, contados a partir da data de publicação no sítio oficial da administração pública e no Diário Oficial Município de Santa Luzia-MG.

A impugnação deverá ser protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, na Avenida VIII, nº 50, Carreira Comprida,Santa Luzia, CEP: 33045-090, com horário de funcionamento das 08:00 às 12:00 e de 13:30 as 17:00 horas, com destinação à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Santa Luzia (MG), 30 de abril de 2024.

GERALDO WALDECY BISPO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

[1]Com analogia ao art. 74, §1º da Lei 14.133/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PORTARIA 26/2024/OBRAS, de 30 de Abril de 2024.

Dispõe sobre nomeação de servidor como fiscal de contrato titular da Secretaria de Obras e seu respectivo suplente e dá outras providências.

BRUNO MÁRCIO MOREIRA ALMEIDA, Secretário Municipal de Obras de Santa Luzia/MG, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 81 da Lei Orgânica do Município de Santa Luzia/MG, resolve:

Art. 1º: Nomear, conforme abaixo, os membros representantes titulares da Secretaria Municipal de Obras como Fiscal de contrato e seu respectivo Suplente, nos termos do Art. 104 e 117 da Lei 14.133/2021.

Empresa contratada: MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 03.984.954/0001-74. AUTOQL.

Número do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 077 /2024.

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Software de Engenharia.

Valor: R\$ 23.408,00 Vinte e Três Mil, Quatrocentos e Oito Reais

Fiscal titular: Giovanni Bello Teixeira, Matrícula nº 33.251.

Fiscal suplente: Rômulo Sânzio Rodrigues Xavier, Matrícula nº 33.683.

Art. 2º: Os nomeados têm competência para responder pela Secretaria de Obras perante os contratos, atestar (liquidar) as notas fiscais, gestão das medições, acometer diligências, acompanhar a execução, fiscalizar as obras, notificar a contratada e entre outras tarefas técnicas relacionadas na Lei 14.133/2021.

Art. 3º O serviço de Fiscal de Contrato, titular e suplente, é considerado de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM, nos termos do Art. 10º da Instrução Normativa nº. 03/2018, aprovada pelo Decreto nº 3.378, de 05 de Novembro de 2018.

Santa Luzia/MG, 30 de abril de 2024.

Bruno Márcio Moreira Almeida

Secretário Municipal de Obras

PORTARIA 27/2024/OBRAS, de 30 de Abril de 2024.

Dispõe sobre nomeação de servidor como fiscal de contrato titular da Secretaria de Obras e seu respectivo suplente e dá outras providências.

BRUNO MÁRCIO MOREIRA ALMEIDA, Secretário Municipal de Obras de Santa Luzia/MG, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 81 da Lei Orgânica do Município de Santa Luzia/MG, resolve:

Art. 1º: Nomear, conforme abaixo, os membros representantes titulares da Secretaria Municipal de Obras como Fiscal de contrato e seu respectivo Suplente, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/1993.

Empresa contratada: Maciel Consultores S/S.

Número do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 077/2022.

Objeto do Contrato: Prestação de serviços de auditoria independente e consultoria (vi) para apoio administrativo e técnico para acompanhar, fiscalizar e atestar permanentemente o cumprimento do contrato de concessão administrativa.

Valor: R\$ 401.700,00 (Quatrocentos e um mil e setecentos reais).

Fiscal titular: Giovanni Bello Teixeira, Matrícula nº 33.251.

Fiscal suplente: Rômulo Sânzio Rodrigues Xavier, Matrícula nº 33.683.

Art. 2º: Os nomeados têm competência para responder pela Secretaria de Obras perante os contratados, atestar (liquidar) as notas fiscais, gestão das medições, acometer diligências, acompanhar a execução, fiscalizar as obras, notificar a contratada e entre outras tarefas técnicas relacionadas na Lei 8.666/1993.

Art. 3º O serviço de Fiscal de Contrato, titular e suplente, é considerado de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM, nos termos do Art. 10º da Instrução Normativa nº. 03/2018, aprovada pelo Decreto nº 3.378, de 05 de Novembro de 2018.

Santa Luzia/MG, 30 de abril de 2024.

Bruno Márcio Moreira Almeida
Secretário Municipal de Obras

GABINETE

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.717, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 4.570, de 30 de março de 2023, que “Dispõe sobre a Organização Administrativa da Prefeitura Municipal de Santa Luzia e dá outras providências”.

O povo do Município de Santa Luzia, por seus representantes votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O caput do art. 29 da Lei Complementar nº 4.570, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando o artigo acrescido do seguinte inciso X ao seu caput e dos seguintes §§ 9º ao 11:

“Art. 29. A Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária – SMHR é o órgão de assessoramento ao Prefeito, de planejamento, execução e controle das atividades relacionadas com a habitação e programas de regularização fundiária, planejamento, execução e controle das atividades de agricultura e abastecimento, subdividindo-se conforme o Anexo II, competindo-lhe em especial:

X - desenvolver políticas municipais voltadas à agricultura e abastecimento.

§ 9º São atribuições da Gerência de Agricultura e Abastecimento:

I - gerenciar todas as atividades voltadas à agricultura e abastecimento;

II - auxiliar o Secretário no planejamento, organização e controle das ações referentes às áreas de agricultura e abastecimento;

III - auxiliar o Secretário na definição dos projetos a serem implementados nas áreas de agricultura e abastecimento;

IV - auxiliar o Secretário na realização de exposições agropecuárias, festas e demais eventos em prol da agricultura e pecuária no Município, podendo firmar parcerias para as realizações e emitir demais autorizações que envolvam os eventos destas naturezas na esfera municipal;

V - gerenciar e acompanhar a execução do serviço de inspeção municipal; e

VI - desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições e de acordo com as determinações do Secretário.

§ 10. São atribuições da Coordenadoria de Apoio ao Produtor Rural:

I - coordenar as ações de apoio ao produtor rural;

II - planejar, organizar e acompanhar o serviço de manutenção das estradas vicinais; acompanhar a execução dos convênios com a EMATER, IMA, sindicato e associação de produtores rurais; e

III - desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições e de acordo com as determinações do Secretário.

§ 11. São atribuições da Coordenadoria de Feiras Livres e Mercados Municipais:

I - coordenar, organizar e acompanhar o funcionamento das feiras livres e dos mercados municipais; e

II - desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições e de acordo com as determinações do Secretário.”

Art. 2º O caput do art. 31 da Lei Complementar nº 4.570, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento – SMMA é o órgão de assessoramento ao Prefeito e de planejamento, execução das políticas públicas de meio

ambiente e desenvolvimento sustentável, subdividindo-se conforme o Anexo II, competindo-lhe em especial:

Art. 3º O Anexo II, que trata da Estrutura Organizacional, da Lei Complementar nº 4.570, de 2023, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 4º Os cargos e as funções relativas às atribuições dispostas nos §§ 9º ao 11 do art. 29 da Lei Complementar nº 4.570, de 2023, serão realocados para a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, conforme Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 5º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 4.570, de 2023:

I - inciso I do caput do art. 31;

II - § 8º do art. 31;

III - § 9º do art. 31; e

IV - § 10 do art. 31.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Luzia, 30 de abril de 2024.

LUIZ SÉRGIO FERREIRA COSTA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

ANEXO ÚNICO
(a que se refere o art. 3º desta Lei Complementar)

LUIZ SÉRGIO FERREIRA COSTA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

LINK PARA O ANEXO ÚNICO DISPONÍVEL EM:
<https://drive.santaluzia.mg.gov.br/owncloud/index.php/s/W0rCnpBnwWYc9uF>

LEI Nº 4.718, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Autoriza o Poder Executivo a desafetar e permutar imóvel público localizado na Rua Olimpio José da Silva, s/nº, Bairro Bicas.

O povo do Município de Santa Luzia, por seus representantes votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar o imóvel público com área de 845m² (oitocentos e quarenta e cinco metros quadrados), inscrito na matrícula nº 11.949, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Luzia, localizado na Rua José Olímpio da Silva, s/nº, no Bairro Bicas, e permutá-lo pelo terreno com área de 1.736,88m² (mil setecentos e trinta e seis, vírgula oitenta e oito metros quadrados), parte do imóvel com área total de 4.600m² (quatro mil e seiscentos metros quadrados), inscrito na matrícula nº 15.374, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Luzia, localizado na Rua Yara, nº 545, no Bairro São Benedito, de propriedade da Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte/MG.

Parágrafo único. A matrícula atualizada dos imóveis a que se refere o caput, a avaliação prévia e plantas e memoriais descritivos de ambos constituem-se como parte integrante desta Lei na forma de seu Anexo Único.

Art. 2º A permuta visa a construção de uma Unidade Municipal de Educação Integrada – UMEI, no terreno com área de 1.736,88m² (mil setecentos e trinta e seis, vírgula oitenta e oito metros quadrados), parte do imóvel com área total de 4.600m² (quatro mil e seiscentos metros quadrados), inscrito na matrícula nº 15.374, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Luzia, localizado na Rua Yara, nº 545, no Bairro São Benedito.

Art. 3º A responsabilidade pela regularização dos imóveis permutados ficará a cargo do Município de Santa Luzia.

Art. 4º Os custos decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Luzia, 30 de abril de 2024.

LUIZ SÉRGIO FERREIRA COSTA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

ANEXO ÚNICO
(a que se refere o parágrafo único do art. 1º)
LUIZ SÉRGIO FERREIRA COSTA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

LINK PARA O ANEXO ÚNICO DISPONÍVEL EM:
<https://drive.santaluzia.mg.gov.br/owncloud/index.php/s/DYJJsCtDk6HTz17>

14^a Chamada

CONVOCAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA – EDUCADOR FÍSICO

O candidato selecionado deverá apresentar original e cópia reprográfica dos seguintes documentos:

- I. 1 foto 3X4, recente e colorida;
 - II. Fotocópia do documento de identidade com fotografia, acompanhada do original;
 - III. Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;
 - IV. Fotocópia do Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF);
 - V. Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
 - VI. Fotocópia do Certificado de Reservista ou da Dispensa de Incorporação, para candidatos do sexo masculino;
 - VII. Fotocópia do comprovante de residência atualizado;
- Declaração de que exerce, ou não, outro cargo, emprego ou função pública nos âmbitos federal, estadual e/ou municipal (preenchimento na Secretaria de Saúde);
- VIII. Declaração de bens atualizada até a data da posse (preenchimento na Secretaria de Saúde);
 - IX. Carteira de Trabalho;
 - X. Cartão de cadastramento do PIS/PASEP;
 - XI. Comprovante de escolaridade mínima exigida para a função pública, nas condições especificadas no Anexo I do Edital;
 - XII. Comprovações dos Títulos (Especialização, mestrado e/ou doutorado) apresentados para a pontuação no PSS;
 - XIII. Fotocópia do registro do Conselho da área;
 - XIV. Atestado de antecedentes criminais, emitido de próprio punho ou pela Justiça Federal, Comum ou pela Polícia Civil, que ateste a idoneidade moral e social do candidato. Caso o candidato apresente antecedentes criminais sem sentença condenatória transitada em julgado, o impedimento à admissão deverá ser fundamentado, bem como garantidos ao candidato o contraditório e a ampla defesa;
 - XV. Certidão de nascimento e CPF dos filhos.
 - XVI. Todos os exames médicos pré-admissionais exigidos no item 6 do edital.

Santa Luzia, 30 de abril de 2024.

Ado Alessandro Martins
Secretário Municipal de Saúde

14^a Chamada

NUTRICIONISTA

O candidato selecionado deverá apresentar original e cópia reprográfica dos seguintes documentos:

O candidato selecionado deverá apresentar original e cópia reprográfica dos seguintes documentos:

- I. 1 foto 3X4, recente e colorida;
- II. Fotocópia do documento de identidade com fotografia, acompanhada do original;
- III. Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;
- IV. Fotocópia do Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF);
- V. Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- VI. Fotocópia do Certificado de Reservista ou da Dispensa de Incorporação, para candidatos do sexo masculino;
- VII. Fotocópia do comprovante de residência atualizado;
- VIII. Declaração de que exerce, ou não, outro cargo, emprego ou função pública nos âmbitos federal, estadual e/ou municipal;
- IX. Declaração de bens atualizada até a data da posse;
- X. Carteira de Trabalho;
- XI. Cartão de cadastramento do PIS/PASEP;
- XII. Comprovante de escolaridade mínima exigida para a função pública, nas condições especificadas no Anexo I do Edital;
- XIII. Comprovaentes dos Títulos (Especialização, mestrado e/ou doutorado) apresentados para a pontuação no PSS;
- XIV. Fotocópia do registro do Conselho da área;
- XV. Atestado de antecedentes criminais, emitido de próprio punho ou pela Justiça Federal, Common ou pela Polícia Civil, que ateste a idoneidade moral e social do candidato. Caso o candidato apresente antecedentes criminais sem sentença condenatória transitada em julgado, o impedimento à admissão deverá ser fundamentado, bem como garantidos ao candidato o contraditório e a ampla defesa;
- XVI. Certidão de nascimento e CPF dos filhos.
- XVII. Todos os exames médicos pré-admissionais exigidos no item 6 do edital

Santa Luzia, 30 de abril de 2024.

